

VARGAS: OPERANTE E POSITIVO

Damião de Lima¹

“O Homem é um judeu de meia-idade, e tem a língua solta. Sim, diz ele, muitos prisioneiros foram degolados. Encerrados na *mangueira* de pedra, à medida em que saíam pela porteira, recebiam o fatal golpe de faca, que os matava rapidamente. A matança começara pouco depois do meio dia e prosseguira toda a noite, até o amanhecer do dia seguinte. Quantos homens haviam sido degolados? Resposta: Não se sabia ao certo. Falava-se em trezentos a quatrocentos degolados.”²

O massacre de que trata o diálogo acima ocorreu em Rio Negro, lugarejo distante cerca de vinte quilômetros da cidade de Bagé no Rio Grande do Sul e é um dos cenários da guerra civil ocorrida naquele estado entre os anos de 1893 e 1895. Essa guerra civil é um dos pilares do modelo republicano implantado no Brasil.

Embora as novas correntes historiográficas tenham aversão a sangue e neguem a influência na história de personalidades das camadas dominantes, essa violência, praticada pelas camadas de baixo e contra os seus iguais, ocorreu sob o comando de um personagem que, a partir da vitória nessa guerra, irá dominar a política Sul Rio Grandense e, mesmo depois de morto, pela força do seu ideário e de suas convicções, influenciará toda a montagem do modelo de república adotado no Brasil, através de um dos seus pupilos.

Os personagens a que me refiro é Julio Prates de Castilho³ e seu fiel seguidor Getúlio Dorneles Vargas, que colocará o ideário do mestre em prática na política brasileira.

¹ Professor Adjunto III - Departamento de História – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal da Paraíba.

² FREITAS, Décio. **O Homem que inventou a ditadura no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 1999. P. 124.

³ As repercussões das ações e principalmente do pensamento positivista de Castilhos irão influenciar vários governantes brasileiros, especialmente, os governos autoritários de Vargas 1930-1945 e dos Generais 1964-1984, pautando a maior atuação do Estado, para o bem e para o

Baseado no ideário positivista do filósofo de Augusto Comte, Julio de Castilho leva o Estado do Rio Grande do Sul à guerra civil objetivando a instalação de um modelo de República em que o poder fosse monocrático e exercido através da ditadura científica.

Mesmo tendo dominado a política no extremo sul do Brasil durante vários anos, Julio de Castilho não conseguiu alcançar a sua principal meta que era estender as suas idéias e seu governo centralizado e autoritário para todo o território nacional. No entanto, durante os anos em que esteve à frente da política no seu estado, ele influenciou uma geração de políticos que se destacaram no cenário nacional. Entre esses políticos, “nascidos” sob a sua influência, o de maior destaque é, sem dúvida, Getúlio Vargas.

Faço essa afirmativa baseado em três motivos elementares. O primeiro está no fato de Getúlio Vargas ter alcançado o cargo máximo da nação, a Presidência da República. O segundo é por ter sido o político a ficar mais tempo no poder na história recente do Brasil e o terceiro motivo está relacionado ao fato de ter levado o ideário de Comte e a prática Castilhista a todo o Brasil.

O cenário de crise⁴ interna e externa dos anos 20 e a ebulição política vivenciada pelo Brasil, decorrente do quadro de incertezas tanto no plano nacional como internacional, irá favorecer a mudança de governo em 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder⁵.

Ao assumir o poder, Getúlio Vargas se vê diante de situação extremamente complexa. O país passava por forte ebulição política cujo ápice foi o movimento que o alçou ao poder. Mal assume o poder e o governante tem que acomodar as novas forças que o apoiaram e desalojar forças que estava há muito tempo. Vale salientar que as duas

mal. Sobre a influência do pensamento castilhista durante o estado Novo e a Ditadura militar pós 1964 ver FREITAS, Décio. Op. Cit.

⁴ O termo crise aqui utilizado é baseado no conceito de Argemiro J. Brum no livro Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Para ele a crise atinge todos os setores da sociedade, da política a economia, da ideologia a moral e mesmo sendo um momento de instabilidade é extremamente fecundo. Pois, é nesses momentos que se abandonam as velhas alternativas e buscam-se novos paradigmas.

⁵ Sobre esse episódio que culminou com a chegada de Getúlio Vargas à direção do país ver: FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.

tarefas são difíceis, dado o clima de animosidade existente. Era preciso fortalecer algumas forças que lhes davam sustentação política, como era o caso dos tenentes, e enfraquecer outras forças que lhe fazia ferrenha oposição e entre essas forças oposicionistas estavam os cafeicultores paulistas que representavam a principal força motriz da economia brasileira.

A questão econômica era outro problema a ser resolvido. Na crise de 1929, o país perdeu a sua principal fonte de escoamento das exportações, os EUA, mergulhados na maior crise de sua história. Como se não bastasse, eram os EUA, também, os principais credores do país e uma das principais fontes de empréstimos que vinham, já há algum tempo, mantendo a política de valorização do café.

Sem perspectiva de ajuda externa e com pouquíssima mobilidade econômica interna, só restava ao novo governo duas opções: entregar o cargo ou usar a criatividade e tentar inovar no campo político e econômico, e buscar, na crise, novas alternativas para o Brasil.

Nesse momento de indefinição no cenário mundial e de profunda crise, e, obviamente, de efervescência de idéias e esperanças no cenário nacional, Getúlio Vargas vai caminhar no sentido de unir duas vertentes de pensamento com as quais ele se deparava desde a sua entrada na política: o nacionalismo e o positivismo.

Essas duas correntes de pensamento eram a base da sua formação e, por feliz coincidência, eram também, a base do ideário do grupo político mais organizado naquele momento, no caso, os tenentes⁶.

Foi dessa maneira, na mais absoluta falta de opção econômica nos moldes até então conhecidos, que o governo de Getúlio Vargas começa a implementar a única política econômica possível, ou seja, contrariando os postulados liberais, o governo irá dar início a política de intervenção estatal na economia visando organizar, minimamente, a

⁶ Sobre a origem e o ideário dos tenentes ver: PRESTES, Anita Leocádia. **Os Militares e a Reação Republicana: As origens do tenentismo**. São Paulo: Petrópolis, 1993.

produção nacional.⁷ Esse é o exórdio do nosso nacionalismo econômico e da mudança de paradigma no campo do modelo de desenvolvimento nacional. Durante 470 anos, entre 1500 a 1930, vivenciamos o modelo econômico primário-exportador.

Em seus 15 anos no poder (1930 a 1945), o governo Getúlio implanta “aos trancos e barrancos” uma série de medidas que, se analisadas em seu conjunto, constituem o que mais se aproximou no país, de um projeto de desenvolvimento nacional e autônomo.⁸ Vejamos algumas dessas medidas intervencionistas:

Visando organizar a relação capital-trabalho e preparar o país para investimentos capitalistas futuros, foi criado, ainda em 1930, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; vejam que estavam juntos, o que demonstra o interesse conciliatório. Em 1932 foram criadas as Juntas de Conciliação e Julgamentos. Esses órgãos foram à base da Justiça do Trabalho, que seria estabelecida pela Constituição de 1934.

Ainda, durante a década a década de 1930, foram criados Institutos de Aposentadoria e Pensões de várias categorias como industriários, comerciários, bancários, funcionários públicos etc.

Nos anos seguintes, foram criadas diversas leis e decretos importantes tais como: a instituição do salário mínimo, descanso semanal remunerado, organização do horário de trabalho no comércio e na indústria, regulamentação do trabalho das mulheres e crianças, férias remuneradas, estabilidade no emprego, etc. Tudo isso objetivando regulamentar as relações trabalhistas nas urbes⁹.

⁷ Sobre essa busca de alternativas econômicas do governo brasileiro, bem como, dos principais países do mundo, que culminou a política de criação de projetos nacionais e de trocas bilaterais e o enfraquecimento do mercado mundial ver: CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2000.

⁸ Sobre esses dois projetos de desenvolvimento ver: BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998.

⁹ Toda a legislação trabalhista do governo Vargas se destinava as camadas trabalhadoras das cidades. O campo, devido à desorganização da classe trabalhadora, ficou à margem desse processo.

Em 1943, ainda sob o governo de Getúlio, toda a legislação criada nesse período foi organizada na Consolidação das Leis do trabalho (CLT).

Destarte, no início dos anos 40, aproveitando o cenário nacional, de governar sem oposição e o cenário mundial, indefinido devido a II grande guerra, o governo Vargas foi aprofundando, cada vez mais, a intervenção estatal, como mostra essa citação abaixo;

O Estado foi gradativamente assumindo a responsabilidade pela produção de alguns insumos básicos, como parte do esforço de guerra ou movido por uma visão mais estratégica acerca do futuro desenvolvimento do país. Nos primeiros anos da década de 1940, foram sendo criadas as primeiras grandes empresas estatais brasileiras. Em 1940, assistiu-se à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em decorrência de acordo com os Estados Unidos. Em 1942, foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, para a exploração das jazidas de ferro de Minas Gerais. Em 1943, foi a vez da Companhia Nacional de Álcalis, para a produção de soda e barrilha, e da Fábrica Nacional de Motores. Por fim, em 1945, foi constituída a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, com vistas ao abastecimento de energia elétrica para o Nordeste do país.¹⁰

Como vimos, o nacionalismo econômico foi a base para a formulação dessa política econômica ou desse arcabouço de projeto de desenvolvimento implantado no período Vargas.

Cabe aqui destacar que durante todo o governo de Getúlio Vargas os militares participaram ativamente da elaboração desse projeto. Tanto na elaboração de políticas de governo, em particular nos setores estratégicos, como siderurgia e petróleo, quanto no apoio político e institucional ao presidente e sua equipe de governo.

Podemos afirmar que, em linhas gerais, parte do sonho de Julio de Castilhos estava sendo realizado. O Estado estava intervindo na vida das pessoas de forma *positiva*.¹¹

¹⁰ Disponível em: < http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_estecon001.htm >consultado em 18/06/2010.

¹¹ Positiva aqui é posto no sentido de atuar de forma a organizar as atividades econômicas, diminuir os problemas políticos a eliminar as agitações sociais.

No entanto, alguns postulados do pensamento Castilhistas tiveram que passar por adaptações nesse novo momento vivenciado por Vargas. Entre esses postulados estava a dicotomia campo / cidade.

A questão do campo, antagonizado com a cidade, é posta desde o primeiro momento do Governo Castilho ao assumir o poder no Rio Grande do Sul. O positivista Comtiano não se conformava com o que ele considerava excesso de poder dos estancieiros da fronteira, símbolo maior das oligarquias agrárias sulistas. E, ao assumir o governo daquele estado, travou verdadeira cruzada com objetivo de diminuir o poder daquelas oligarquias, objetivando enquadrá-las no primeiro projeto positivista de governo que se tem notícia na história brasileira.

Castilhos tinha como meta a construção de um estado forte, eficiente e centralizado e para alcançar tal desiderato se fazia necessário, se não o controle das oligarquias agrárias do sul, ao menos a diminuição do poder daquela camada social e a submissão dela ao Estado. Essa pendenga entre as partes litigantes culminou na guerra civil, já citada.

Mesmo vencedor, ao menos nesse primeiro momento, o ideário positivista de Castilhos não alcançou maior dimensão. No cenário nacional, durante a República Velha, ocorre o fortalecimento das oligarquias em todos os Estados da Federação, principalmente após a celebração do Convênio de Taubaté e da política que lhe daria sustentação e legitimidade nos Estados, no caso a Política dos Governadores.

Com a derrocada da República Velha e a implantação da República Nova, estava posta agora, para Vargas e seus correligionários que assumiram o poder após a Revolução de 1930,¹² a possibilidade de dar continuidade ao ideário Castilhista e diminuir o poder das oligarquias agrárias, só que não apenas do sul, mas de todo o país.

Como vimos, o novo mandatário da nação, Getúlio Dorneles Vargas, assim como os seus seguidores mais próximos, defendia a implantação de um estado forte,

¹² Sobre esse movimento, suas vertentes explicativas e toda a discussão historiográfica que envolve os escritos a respeito ver: FAUSTO, Boris. A Revolução de 30. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

centralizado, interventor e positivo. Além disso, combater o poder oligárquico era uma premissa do movimento de 1930.

Essa visão irá colocar o governo Vargas em rota de colisão com o eixo central das oligarquias da República Velha, no caso, os oligarcas paulistas. Teremos, então, no primeiro momento, a colocação em prática da política Castilhista de enfrentamento das oligarquias e da tentativa de esvaziamento do poder destas oligarquias ao atingir de forma direta o setor mais forte e organizado dessa camada.

Assim teremos, nesse primeiro momento, uma vitória do pensamento positivista/castilhista, e esse momento coincide, também, com o auge do poder e da influência dos tenentes junto a Vargas.¹³ No entanto, passado esse primeiro momento de euforia e, percebendo o peso político e econômico desse setor, o governo Vargas retrocede e resolve mudar a estratégia.

Já em 1933, o governo irá negociar com as oligarquias cafeeiras que foram “apeadas” do poder em 1930 e derrotadas militarmente em 1932. O sonho da grande nação e a percepção da importância dos setores dominantes, vinculados ao campo, predominou. Com isso, ao invés de estender o combate, Getúlio Vargas estende a mão.

O objetivo dele era diminuir o poder dessas camadas, colocando-as sob a tutela do Estado como foi feito com outros setores da sociedade, entre eles os novos industriais e classe operária. Assim a política do governo foi de estender a ação do estado ao campo.¹⁴

Essa intervenção estatal no campo se deu de forma diferenciada. A intervenção estatal no mundo rural tinha uma dimensão diferente da política implantada no mundo urbano. Para o campo o governo iniciou a política intervencionista realizando o reajustamento econômico e perdendo 50% das dívidas em vigor dos proprietários rurais contraídas

¹³ Sobre o enfrentamento entre o Governo Vargas e as oligarquias paulistas ver: BEZERRA, Holien Gonçalves. **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Moderna, 1988.

¹⁴ É necessário chamar a atenção para o fato de que essa extensão do estado ao campo ficou restrita às classes dominantes que atuavam no campo. Nenhuma política estatal foi direcionada para os pequenos produtores, nem muito menos para os milhões de trabalhadores rurais que continuaram vivendo no e do campo, sem nenhuma proteção estatal.

antes de 1933. Criou diversos órgãos de regulamentação e fomento da atividade produtiva tais como: o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Departamento de Produção Mineral e incentivou e organizou, com recursos públicos, a produção de mate, algodão, cacau e outros produtos primários.

Com essas medidas, os oligarcas que se submetessem à lógica do processo de modernização, pautado pelo Estado, estariam, automaticamente, protegidos. Já que não se podia alijar do processo político a influência das atrasadas forças oligárquicas, devido às condições políticas e econômicas do país, poder-se-ia, ao menos, colocá-las sob uma “camisa de força” econômica, obrigando-as a se submeter à nova lógica política ligada ao processo de modernização e urbanização em andamento.

Feitas as pazes entre governo e oligarquias, estas são trazidas, novamente, à fonte do poder. Dessa forma as velhas oligarquias retornam ao poder só que com uma diferença significativa. Elas estão no poder, mas, ao contrário do período da República Velha, elas não são o único poder. Na verdade, assim como sonhava Julio de Castilhos, o poder é exercido em sua maior fatia pelo Presidente, principalmente após o golpe de 1937.

O governo Vargas ainda atuou em outras áreas em busca da maior eficiência do Estado. No campo do planejamento de política econômica, o destaque fica por conta da criação, em 1934, do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE). Esse órgão criado inicialmente para pensar a política relacionada ao intercâmbio comercial, ganha força e durante o Estado Novo (1937-1945), se constitui no principal formulador da política econômica do governo.

Além do CFCE, o governo ainda cria Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) para controlar as finanças dos estados e municípios, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE). O funcionamento desses dois últimos conselhos, o CNP encarregado da administração das jazidas descobertas na Bahia e do abastecimento de combustível, e do CNAEE,

encarregado de fixar tarifas e dar concessões para a produção de energia, foi acompanhada da promulgação de uma extensa legislação nacionalista.¹⁵

Em síntese, pode-se afirmar que nos 15 anos em que esteve no poder Getúlio Vargas e seu ideário nacional-positivista mudaram a face do Brasil. Um novo projeto de nação foi forjado e posto em prática. Nesse modelo político administrativo mesclaram-se o ideário positivista de estado forte e atuante aliado a uma política de conciliação e de cooperação com os setores de diversos segmentos sociais, inclusive os setores oligárquicos.

O projeto de nação idealizado envolveu os setores vinculados ao processo de industrialização e urbanização, leia-se setores ligados ao comércio, a indústria e ao setor de serviço, esse último são base das chamadas classes médias. Além desses setores citados, foram incluídos, também, os setores do operariado vinculados aos sindicatos e as camadas dominantes do campo. Com isso, o modelo de desenvolvimento nacional e autônomo, proposto por Vargas,¹⁶ tutelou e colocou sob o domínio e a dependência da ação estatal quase todas as camadas sociais.

O Projeto incluiu trabalhadores e industriais que se beneficiaram das leis trabalhistas, os primeiros através dos benefícios das leis tais como férias, jornada limitada de trabalho, descanso remunerado, etc. e os segundos com a segurança e a garantia de lucros, principalmente nos setores mais dinâmicos do sistema onde leis como salário mínimo, significaram nivelamento de salário por baixo e aumento da mais valia.¹⁷

O setor militar passou por reformulação e também foi incluído no novo modelo varguista, já que o enfraquecimento do movimento tenentista significou apoio das altas

¹⁵ Detalhes sobre esse órgãos podem ser encontrados no site do CPDOC: Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>

¹⁶ Uma análise interessante sobre esse modelo de desenvolvimento é feita por BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998. Nesse trabalho, o autor caracteriza o modelo de desenvolvimento que, segundo ele, iniciou-se em 1930 e perdurou até 1964, em um capítulo específico o autor retrata o que ele chama de Tentativa de Modelo de Desenvolvimento Nacional e Autônomo.

¹⁷ Sobre esse sobre lucro ver: OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

patentes ao governo. Em troca desse apoio, as forças armadas ganharam destaque e continuaram no seu papel de árbitro dos grandes conflitos nacionais, ao mesmo tempo em que o governo contava com um estado cada vez mais forte do ponto de vista político e militar.

As camadas médias urbanas tiveram suas reivindicações atendidas com a criação da Justiça Eleitoral, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e com a possibilidade de poder ascender socialmente ao adquirir conhecimento freqüentando as recém criadas escolas técnicas e Universidades.

Os artistas e intelectuais também foram beneficiados com uma série de incentivos em todas as áreas, indo desde a arquitetura, passando pela música e chegando até ao teatro com a criação do Teatro Brasileiro de Comédia. Em síntese, pode-se afirmar que nenhum governo no Brasil foi tão *operante e positivo*.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Holien Gonçalves. *O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32*. São Paulo: Moderna, 1988.
- BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Vozes / UNIJUÍ, 1998.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 2000.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1985.
- FREITAS, Décio. *O Homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PRESTES, Anita Leocádia. *Os Militares e a Reação Republicana: As origens do tenentismo*. São Paulo: Petrópolis, 1993.